

**ACTA DA REUNIÃO DE PERITOS SOBRE RECONSTRUÇÃO E
DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO EM ÁFRICA**

**6-7 DE FEVEREIRO DE 2006
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

I. INTRODUÇÃO

1. O Departamento de Paz e Segurança da União Africana acolheu uma Reunião de Peritos sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito em África nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 2006, em Adis Abeba, Etiópia. A reunião foi convocada para discutir o projecto de quadro de políticas para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito com base nas discussões de um documento preliminar apresentado ao 4.º Retiro do Conselho de Paz e Segurança e do Comité de Representantes Permanentes da União Africana, que teve lugar nos dias 4 e 5 de Setembro em Durban, África do Sul.

2. Convocada pela Comissão da União Africana, a reunião de peritos foi apoiada pela SaferAfrica. Entre os participantes figuravam membros dos vários departamentos da Comissão, membros do Conselho de Paz e Segurança, do Banco Africano de Desenvolvimento, de agências técnicas especializadas da UA, de agências da ONU, grupos da sociedade civil, assim como agências bilaterais e de assistência (ver Anexo 1 para a lista de participantes).

3. Os participantes passaram em revista o projecto de quadro de políticas sobre a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito, tendo formulado recomendações para alterações e acréscimos relativamente a cada elemento constitutivo, assim como ao documento no seu todo, com vista a enriquecer o quadro (ver Anexo 2, agenda). Para cada sessão, houve uma discussão que ofereceu um panorama geral dos elementos pertinentes do projecto de quadro, enquanto o facilitador presidiu e orientou as discussões. Em particular, os participantes concentraram-se sobre os seguintes elementos:

- a) Mandato e lógica da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- b) Princípios subjacentes à implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- c) Marcos de referência, padrões, indicadores de implementação e sequência das actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, ao abrigo de cada elemento constitutivo;
- d) Mobilização de recursos e fortalecimento de capacidades; e
- e) Actores, mecanismos e processos de governação necessários à implementação de actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

4. As recomendações formuladas em relação a cada secção servirão de base ao trabalho de melhoramento do projecto de documento metodológico antes da sua apresentação a uma reunião de peritos governamentais para a sua análise em Maio de 2006.

5. As sugestões sobre a revisão do documento podem ser divididas em duas categorias: aquelas que dizem respeito à estrutura e as outras que têm a ver com o conteúdo. Quanto à estrutura e à organização do quadro de políticas sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, entre outros aspectos, os participantes recomendaram o seguinte:

- a) separação dos elementos normativos e estratégicos dos elementos operacionais;
- b) definições claras de cada elemento constitutivo;
- c) inclusão de linhas de orientação claras no quadro para que possam ajudar a definir o ponto em que termina a fase pós-conflito;
- d) integração dos diferentes elementos constitutivos e destaque das questões transversais;
- e) priorização e sequência de actividades para as fases de transição a curto e a médio prazo, ou de uma emergência;
- f) organização das actividades dentro de cada elemento constitutivo e conglomerados por subtemas;
- g) alinhamento dos marcos de referência, padrões e indicadores com as actividades enumeradas, com vista a assegurar a sua coerência, pertinência e validade; e
- h) clarificação dos papéis e das responsabilidades de todos os actores – incluindo a sociedade civil, os governos e os parceiros multilaterais – a todos os níveis (local, nacional, regional, continental e internacional) para efeitos de coordenação, responsabilização e acompanhamento dos progressos.

6. Foram também sugeridas várias alterações e acréscimos que se aplicam ao conteúdo do quadro de políticas sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no seu todo. Algumas das áreas cobertas por essas sugestões incluem o seguinte:

- a) a necessidade de garantir que todas as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito contribuam para a criação de uma cultura de paz numa sociedade pós-conflito;
- b) a necessidade de analisar a Reconstrução e o Desenvolvimento Pós-Conflito como parte de uma sequência de actividades ligadas à paz e à segurança, incluindo a prevenção, a gestão e a resolução de conflitos, assim como garantir que essa reconstrução e esse desenvolvimento contribuam para um desenvolvimento sustentável;
- c) a importância de realizar análises contextuais e comparativas de países que saem de conflitos. Essas análises deverão preceder e apoiar as actividades de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito, ajudar a identificar necessidades, sendo usadas como base de definir estratégias de intervenção e determinar os momentos de agir. Deverão também ter em consideração as especificidades locais, incluindo o contexto político e social, assim como as capacidades locais e a dinâmica regional;
- d) institucionalização do acompanhamento e da avaliação como parte do processo de implementação, a fim de reduzir a necessidades de balanços periódicos;
- e) a importância de dedicar uma atenção particular a grupos com necessidades especiais, incluindo mulheres, crianças, idosos, pessoas deficientes, pessoas que vivem com o VIH/SIDA, jovens e soldados menores; e

- f) Realçar o papel importante que pode ser desempenhado por áreas como artes, cultura, ensino, ciências, tecnologias e desportos no âmbito das políticas de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito.

II. SESSÃO DE ABERTURA

7. A sessão de abertura foi presidida pelo Sr. Geoffrey Mugumya, Director do Departamento de Paz e Segurança da Comissão da UA, e o discurso de abertura foi pronunciado pelo Comissário para a Paz e Segurança, o Embaixador Saïd Djinnit. O Embaixador Djinnit traçou em linhas gerais a história do projecto de quadro de políticas sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito, desde a sua concepção inicial, passando pelas deliberações do 4.º Retiro do Conselho de Paz e Segurança e do Comité de Representantes Permanentes em Durban, África do Sul, nos dias 4 e 5 de Setembro de 2005, até à sua actual versão, que era o tema daquela reunião. Sublinhou a necessidade de as instituições africanas oferecerem orientação aos países que saem de conflitos e que se tornem mais envolvidas em actividades de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito no continente.

8. O Embaixador Djinnit realçou a importância de um quadro de políticas sobre Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito a fim de sustentar as actividades decorrentes do respectivo processo em países que saem de conflitos, que são em número cada vez maior. No momento em que a reunião tinha lugar, a Libéria tinha dado início a um processo de reconstrução, a Conferência de Doadores para o Burundi estava prevista para 27 de Fevereiro de 2006, e tanto a República Democrática do Congo como a Somália eram possíveis candidatos a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. Nesta conformidade, o Embaixador Djinnit exortou os participantes para que se aplicassem à tarefa que tinham pela frente e dessem contribuições para melhorar a qualidade do projecto de documento sobre políticas, e posteriormente a agenda de reconstrução de África.

9. O Presidente da Sessão, o Sr. Geoffrey Mugumya, reiterou a mensagem do Comissário e exortou os participantes a debruçarem-se especificamente sobre o seguinte: a elaboração de marcos de referência, padrões e indicadores para cada elemento constitutivo, a sequência de actividades, assim como a configuração institucional e os mecanismos de implementação, incluindo o relacionamento que deverá ser desenvolvido com a recém-formada Comissão da ONU para a Construção da Paz.

SESSÃO II: MANDATO E LÓGICA

10. O Sr. El-Ghassim Wane, Chefe da Divisão de Gestão de Conflitos dentro da Comissão da União Africana, foi o orador principal durante a sessão consagrada ao mandato e à lógica do quadro de políticas sobre a Reconstrução e o Desenvolvimento Pós-Conflito (parágrafos 10-17 do projecto). O Brigadeiro-General Pal Martins, da SaferAfrica, foi o facilitador da sessão. Nas suas observações, o Sr. Wane identificou quatro questões referentes ao quadro de políticas para a Reconstrução e o

Desenvolvimento Pós-Conflito que os peritos teriam que ajudar a esclarecer. As questões consistiam no seguinte:

- a) o papel da União Africana na Reconstrução e no Desenvolvimento Pós-Conflito, o relacionamento entre a UA e as comunidades económicas regionais (CERs) e o seu papel na implementação do processo;
- b) como tirar lições da experiência de instituições da UA e de outros actores envolvidos em actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito a níveis nacional, regional e internacional;
- c) como consolidar a paz e contribuir para um desenvolvimento sustentável a longo prazo; e
- d) os mecanismos necessários para a coordenação de actividades que visem melhorar uma cooperação eficaz entre todas as partes intervenientes.

11. O Brigadeiro-General Pal Martins agradeceu aos parceiros internacionais presentes pelas suas contribuições e realçou a importância de alinhar os esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito dos parceiros internacionais com o processo conduzido pela UA com vista a assegurar que os programas internacionais de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, ao invés de competirem com os programas da UA, os apoiem. Lembrou também aos participantes que um objectivo a prazo mais longo da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito é o desenvolvimento sustentável, tendo assim exortado os participantes a olharem para além da estabilização a curto prazo. Finalmente, os participantes foram encorajados a contribuir com propostas concretas sobre as modalidades de implementação, para que o quadro de políticas sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito pudesse ser rapidamente adaptado e aplicado pelos países que saem de conflitos.

12. Em geral, os participantes chegaram a um acordo em relação ao mandato e à lógica do quadro, conforme indicado no projecto de políticas. A maioria dos participantes salientou o facto de os esforços serem muito oportunos, a necessidade de realçar que o processo estava nas mãos dos africanos, a importância de uma boa divisão de tarefas e a definição clara dos papéis dos vários actores, particularmente das CERs, e o valor de um quadro africano que possa servir de lista de verificação para os países que saem de conflitos. Além disso, os participantes apelaram para a inclusão do seguinte, no documento revisto:

- a) o envolvimento da UA na sua totalidade, para além da Comissão, incluindo as CERs e instituições especializadas;
- b) definição do relacionamento entre o quadro de políticas da UA para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito e a recém-formada Comissão da ONU para a Construção da Paz;
- c) reconhecimento dos grandes desafios colocados àqueles países cujas instituições foram completamente destruídas durante os conflitos, tendo deixado de ter capacidade para implementar programas de reconstrução;

- d) a possibilidade de citar o Artigo 4(h) do Acto Constitutivo da União Africana, que autoriza a UA a intervir num estado-membro, como uma base do papel da UA na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito; e
- e) reflexão sobre as experiências de países actualmente envolvidos em reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

SESSÃO III; PRINCÍPIOS SUBJACENTES AO QUADRO DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO PÓS-CONFLITO

13. O Embaixador Moussa Makan Camara, da Organização Internacional da Francofonia (OIF), serviu de facilitador da sessão sobre os princípios subjacentes ao quadro de reconstrução pós-conflito (parágrafos de 18 a 22 do projecto). A oradora principal, a Dra. Monica Juma, da SaferAfrica, apresentou os pilares que constituem cada um dos princípios e pôs em evidência alguns dos desafios que esses pilares colocam à União Africana e a todos os actores envolvidos em actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no continente.

14. Alguns dos desafios relacionados com os princípios subjacentes ao quadro incluem o seguinte:

- a) como fortalecer a liderança da UA e garantir uma responsabilização mútua, quando a maioria dos actores da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito não prestam contas à União Africana;
- b) a necessidade de acelerar o processo de formulação de posições comuns e definições africanas sobre elementos fundamentais da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito, como desarmamento, desmobilização e reinserção ou reforma do sector da segurança;
- c) garantir coerência estratégica entre os processos internacionais de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e os processos da UA, incluindo através da harmonização de actividades e sincronização do cumprimento de tarefas, ao mesmo tempo que se assegura que a UA mantenha a liderança geral;
- d) garantir que as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito legitimem a autoridade do Estado, ao invés de comprometê-la;
- e) garantir que as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito conduzam à criação de instituições credíveis com base no princípio de distribuição equitativa de poderes e riqueza, a fim de evitar o surgimento de novos climas de insatisfação que possam reacender os conflitos;
- f) criar espaço para que os países que saem de conflitos determinem e priorizem as suas próprias necessidades e que os beneficiários de actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito participem em todas as fases dos respectivos programas;
- g) integrar o fortalecimento de capacidades em todos os elementos constitutivos do quadro de políticas para a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e garantir que tenha lugar uma transferência genuína de competências;

- h) garantir que as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito estejam nas mãos de nacionais e que estes participem nas mesmas, embora os respectivos programas sejam formulados durante conversações de paz, que não envolvem necessariamente todas as partes interessadas.

15. Os participantes sublinharam que estes princípios estão relacionados com a gestão dos esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, aplicando-se assim a todas as actividades e programas levados a cabo no âmbito de todos os elementos constitutivos e servindo de orientação para os mesmos. O objectivo primário de ter essas actividades e programas é garantir sinergias de acção e permitir uma prestação de serviços eficazes e eficientes de um modo que conduza a uma renovação da sociedade. Além disso, os participantes salientaram o seguinte:

- a) importância de uma avaliação integrada das necessidades de cada situação de conflito, que formaria a base para a adaptação do quadro da UA de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- b) princípio da paridade do género e a participação das mulheres;
- c) respeito pelos direitos humanos;
- d) princípio da parceria, a todos os níveis, como um complemento dos princípios de liderança africana e apropriação nacional;
- e) inclusão do princípio da flexibilidade que, guiado por avaliações regulares, permitiria a introdução de mudanças na estratégia de resposta ao impacto e às consequências imprevistas das actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito; e
- f) o princípio da subsidiaridade que garante a apropriação local e assegura participação e parcerias a nível nacional entre os governos africanos, assim como entre estes e actores internacionais.

SESSÃO IV: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

i) SEGURANÇA

16. A sessão dedicada à segurança (parágrafos 24-26 do projecto) foi facilitada pelo Dr. Roman Poeschke da agência GTZ. A Sra. Lu Ecclestone, do Departamento DFID, foi a oradora principal.

17. As sugestões sobre a secção da segurança incluíram o seguinte:

- a) definir com maior precisão o conceito de segurança e os seus elementos fundamentais como a segurança humana, o processo de DDR e de reforma do sector da segurança;

- b) ganhar um entendimento do contexto global e da falta de segurança que caracteriza os países que saem de conflitos;
- c) conduzir uma análise estratégica antes de dar início a actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito a fim de garantir um entendimento pleno do contexto em que a segurança deve ser restabelecida;
- d) estabelecer uma distinção entre estabilização a curto prazo e medidas estratégicas a longo prazo;
- e) estabelecer os papéis e as responsabilidades de todos os actores a níveis local, nacional, regional, continental e internacional;
- f) determinar as principais actividades que deverão ser levadas a cabo antes da assinatura de um acordo de paz;
- g) prestar uma atenção especial às necessidades dos soldados menores; e
- h) realçar o vínculo entre segurança e outros elementos constitutivos, em particular os direitos humanos.

ii) **GOVERNAÇÃO E TRANSIÇÃO POLÍTICA**

18. A sessão sobre Governação e Transição Política (parágrafos 27-30 do projecto) foi facilitada pelo Embaixador Emile Ognimba do Departamento de Assuntos Políticos. Os oradores principais foram o Sr. Julian Brett, consultor da DANIDA, e o Dr. Jay Singh, da USAID.

19. Os participantes exprimiram as seguintes observações:

- a) a necessidade de definir o conceito de governação, que inclui os vários elementos constitutivos que incorporam a participação, a transparência, a separação de poderes, a criação de uma função pública, o estado de direito, supervisão civil independente, etc. A maioria destes elementos não existem em países que saem de conflitos. A referida definição teria também que considerar como incluir a governação económica (incluindo a corrupção) neste secção;
- b) a necessidade de basear as actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito em análise contextual abrangente das relações dos poderes sócio-económicos e políticos a todos os níveis da sociedade, incluindo a identificação de obstáculos reais ou possíveis;
- c) o papel da sociedade civil no melhoramento da governação, particularmente no período imediatamente seguinte ao fim de um conflito, quando o governo

pode adjudicar alguns serviços a actores da sociedade civil por um período limitado, até que adquira capacidades para desempenhar as suas funções;

- d) o importante papel que a função pública e os órgãos representativos, como os parlamentos, podem desempenhar, especialmente através da instituição de um equilíbrio de poderes;
- e) a necessidade de esclarecer a forma de descentralização proposta – se é uma descentralização de poderes, responsabilidades, gestão financeira, etc.;
- f) a necessidade de reconciliar o princípio de apropriação nacional, que implica capacidade, e a falta dessa capacidade em países que saem de conflitos, devido sobretudo à fuga de capital humano antes e durante os conflitos;
- g) a necessidade de envolver a capacidade internacional de uma forma que edifique e melhore as oportunidades de fortalecimento e melhoramento das capacidades locais, ao invés de as limitar ou destruir; e
- h) institucionalização de estruturas e mecanismos de controlo.

iii) DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA E RECONCILIAÇÃO

20. A sessão sobre os Direitos Humanos, Justiça e Reconciliação (parágrafos 31-34 do projecto) foi facilitada pelo Sr. Ben Kioko, Conselheiro Jurídico da União Africana. Os oradores principais foram o Sr. Ould Babana Mohamed Abdellahi, da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e o Sr. Assan, da UNESCO.

21. As recomendações saídas dos debates incidiram sobre a necessidade de:

- a) definir os conceitos fundamentais de direitos humanos, justiça e reconciliação, e analisar se a justiça deverá ser vista como parte da governação, parte da protecção dos direitos humanos, ou um valor em si;
- b) determinar como combinar os mecanismos tradicionais ou endógenos de justiça e reconciliação com os sistemas jurídicos modernos;
- c) esclarecer o papel da União Africana e dos seus mecanismos/órgãos especializados, como o ACHPR e o CPS, na promoção e protecção dos direitos humanos;
- d) incluir uma referência à promoção dos direitos humanos, além da sua protecção;
- e) sublinhar a importância da introdução em ordenamentos internos e da implementação de instrumentos internacionais de direitos humanos, após a sua ratificação e a adesão aos mesmos, através de legislação interna,

estabelecimento e/ou fortalecimento de instituições nacionais de direitos humanos e procedimentos de apresentação de relatórios;

- f) facilitar o envolvimento da sociedade civil, incluindo organizações religiosas, na protecção e promoção dos direitos humanos, da justiça e da reconciliação;
- g) reconhecer que nos países que saem de conflitos não só é obrigatório restabelecer o estado de direito, mas muitas vezes os códigos jurídicos também devem ser revistos;
- h) levar a cabo uma reforma judicial nos países que saem de conflitos;
- i) facilitar a liberdade de expressão, incluindo uma comunicação social livre e independente, em situações pós-conflito;
- j) rejeitar completamente a impunidade;
- k) equilibrar estratégias baseadas em contextos para a concessão de amnistia com vista a promover a reconciliação, contrariamente à necessidade de se fazer justiça;
- l) realçar e proteger o direito de cada sociedade que sai de um conflito para optar entre justiça restauradora e justiça punitiva, com base nas suas necessidades;
- m) incluir a aplicação do direito humanitário internacional em situações pós-conflito, especialmente no que diz respeito a prisioneiros de guerra;
- n) promover o fortalecimento das instituições nacionais responsáveis pela promoção e protecção dos direitos humanos como, por exemplo, as comissões nacionais;
- o) reconhecer e garantir o papel central do ensino e da formação na promoção dos direitos humanos, justiça, reconciliação e cultura de paz;
- p) frisar a importância do ensino como um direito fundamental, especialmente por causa das tendências demográficas em países que saem de conflitos e a esmagadora predominância de jovens entre os combatentes; e
- q) responder às necessidades de grupos específicos e grupos com necessidades especiais.

22. Dadas as diferentes actividades que constituem este elemento, os participantes propuseram a sua classificação em três subsecções de direitos humanos, justiça e reconciliação.

iv) ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA

23. A sessão sobre a Assistência Humanitária e de Emergência (parágrafos 35-38 do projecto) foi facilitada pelo Sr. Ilunga Ngandu do ACNUR. O orador principal foi o Sr. Nicholas Crawford, do PAM. O palestrante frisou a necessidade de incluir a emergência nos esforços de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, e lembrou três razões que militam a favor deste argumento:

- a) que as necessidades humanitárias aumentam depois da assinatura de acordos de paz e com o subsequente regresso de refugiados, deslocados e ex-combatentes. Este período também se caracteriza por altas expectativas que podem reacender o conflito, se não for prestada a devida assistência;
- b) as actividades humanitárias podem atenuar o risco de reinício de conflitos, como acontece com muitos países recém-saídos de um conflito;
- c) os programas humanitários são plataformas ideais para consolidar a paz. Se forem bem planificados e executados, esses programas podem oferecer a base de uma transição harmoniosa da situação de emergência ao desenvolvimento;

24. As sugestões apresentadas durante os debates incluíram o seguinte:

- a) sublinhar a importância de responder às altas expectativas da população relativamente aos dividendos da paz e de evitar a cessação repentina da assistência humanitária depois de um conflito, para evitar um reacender da violência;
- b) considerar a assistência humanitária como uma base de desenvolvimento e como uma plataforma sobre a qual programas mais amplos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito podem ser edificados, o que requer tempo para planificação e implementação depois de assinado um acordo de paz;
- c) dar valor ao conhecimento dos actores humanitários sobre os riscos, às vulnerabilidades e capacidades locais, e incorporar esse conhecimento na planificação e implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- d) agrupar as actividades humanitárias em medidas jurídicas, operacionais e institucionais. As medidas jurídicas incluem as leis de amnistia e os direitos a habitação e propriedade; as medidas operacionais incluem a estratégia dos quatro Rs (repatriamento, reinserção, reconstrução e reassentamento) na planificação e implementação de programas humanitários e de desenvolvimento e o papel das forças de segurança nas actividades de reconstrução; e as medidas institucionais, que incluem a criação de instituições eficazes e eficientes e mecanismos de coordenação para responder a necessidades humanitárias;

- e) ter uma estratégia de retirada clara, dado que nem sempre é nítida a divisória entre a assistência de emergência e a assistência ao desenvolvimento a longo prazo. Deverão ser evitadas aquelas situações em que as acções de emergência duram vários anos. Antes pelo contrário, deverão ser investidos todos os esforços para acelerar a transição da assistência humanitária à assistência ao desenvolvimento sustentável;
- f) incluir a referência aos relatórios dos Estados-Membros sobre questões humanitárias nos marcos de referência deste elemento;
- g) fazer referência ao VIH/SIDA, que está completamente ausente do documento-quadro. O fim dos conflitos é muitas vezes seguido de uma alta incidência/taxa de infecções uma vez que os transportes e as rotas comerciais, em estado de paralisação durante a guerra, reabrem-se e as pessoas passam a circular mais com a cessação das hostilidades. As actividades de prevenção deverão formar parte das actividades tanto humanitárias como de desenvolvimento;
- h) fazer referência aos problemas particulares do processo de financiamento que, em caso de assistência de emergência, é demasiado lento na maioria dos casos; e
- i) reflectir sobre o valor dos instrumentos existentes (como a estratégia dos quatro Rs do ACNUR e as linhas de orientação do UNDG sobre países em transição, etc.) para melhorar esta componente do quadro de políticas da UA;

25. Os participantes notaram que dado o carácter central da assistência humanitária para apoiar as transições, a disponibilidade de fundos no momento em que os mesmos sejam necessários é fundamental para as actividades humanitárias e transitórias. Sugeriu-se também que este elemento constitutivo deverá vir logo depois do elemento da segurança.

v) RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

26. A sessão sobre Reconstrução e Desenvolvimento Sócio-Económico (parágrafos 39-41 do projecto) foi facilitada pelo Dr. René Kouassi, Director do Departamento de Assuntos Económicos da Comissão da UA. Os oradores principais foram o Sr. James Wahome, do Banco Africano de Desenvolvimento, a Sra. Victoria Sekitileko, da FAO, e a Sra. Katharina Schnoring, da OIM.

27. Os participantes salientaram a necessidade de reconceptualizar o desenvolvimento económico em países que saem de uma guerra. Notando que tradicionalmente o desenvolvimento económico está dependente da existência de sistemas funcionais, os participantes realçaram o facto de que essas estruturas não existem ou estão em estado muito precário em muitos países que saem de conflitos. Foi apresentada uma proposta para abraçar o conceito de países que saem de conflitos, que poderia formar a base da

criação de mecanismos e procedimentos especiais para esses países. O maior desafio consiste em assegurar que as actividades tenham lugar ao mesmo tempo que se criam os sistemas.

28. Entre as questões levantadas durante os debates inclui-se o seguinte:

- a) a eliminação da dívida e do seu impacto sobre os orçamentos de países que saem de conflitos, a sua capacidade de atrair investimentos e implementar programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- b) a importância de reconstituir a recolha de dados e a capacidade de análise dos governos para avaliar necessidades e acompanhar progressos na implementação de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- c) a ausência de sistemas de gestão financeira entre os actores locais e nacionais em situações pós-conflito, o que muitas vezes não os habilita a beneficiar da assistência de doadores de que precisam;
- d) a necessidade de sensibilizar os líderes de países que saem de conflitos sobre os processos internacionais em curso, como as negociações da OMC, para que possam participar de forma eficaz em fóruns internacionais;
- e) a necessidade de marcos de referência suplementares para medir os progressos da reconstrução e do desenvolvimento sócio-económico, tal como migrações irregulares reduzidas, aumento de regressos voluntários e aumento do envolvimento da diáspora no desenvolvimento sócio-económico;
- f) a importância de avaliar as necessidades tecnológicas para a reconstrução e o desenvolvimento como, por exemplo, as tecnologias ligadas às águas, ao saneamento e à electricidade, além da sustentabilidade ambiental e fortalecimento de capacidades em matéria de tecnologias genéricas;
- g) o pagamento de salários e pensões, especialmente às forças de segurança e à função pública para evitar a corrupção, resolver queixas do passado e garantir boa governação;
- h) a necessidade de incluir actividades e indicadores referentes ao comércio, às infra-estruturas agrícolas, à banca e à reforma fiscal;
- i) a necessidade de incluir uma referência ao VIH/SIDA e a outras doenças transmissíveis que tenham algum impacto sobre o desenvolvimento económico;
- j) a necessidade de fazer referência a questões ambientais e à gestão dos recursos naturais;

- k) a maioria da população africana está envolvida na agricultura, razão pela qual este sector deve ter um maior papel a desempenhar no desenvolvimento económico;
- l) o impacto dos conflitos sobre os países vizinhos, uma vez que o comércio e o contrabando transfronteiriços, o tráfico ilegal, os grandes influxos de refugiados e a instabilidade política têm um impacto sobre os países vizinhos; e
- m) a necessidade de colmatar o fosso entre os compromissos dos doadores e o desbloqueamento de fundos; e garantir que os fundos sejam desbloqueados de modo atempado e previsível, através do acompanhamento da circulação de recursos.

vi) **GÉNERO**

29. A sessão sobre o género (parágrafos 42-44 do projecto) foi facilitada pela Sra. Pamela Delargy do FNUAP. A oradora principal foi a Sra. Hodan Addou do UNIFEM. A palestrante lembrou a necessidade de, como ponto de partida, reconhecer as desigualdades entre os sexos como um obstáculo ao desenvolvimento e indicar os marcos históricos alcançados para superar este desafio global.

30. Os comentários feitos durante os debates sobre esta secção incluíram o seguinte:

- a) a estratégia de duas vertentes para a integração de questões referentes ao género em todo o documento, embora a consagração de uma secção separada seja uma boa medida, visto que as mulheres e as raparigas vêm-se afectadas de maneira desproporcional pelos conflitos, e as suas necessidades merecem uma atenção especial;
- b) género não significa apenas mulheres; também inclui os homens. Nesta conformidade, foi feita uma proposta para alterar o título da secção para mulheres e género, e passar a incluir uma referência aos problemas específicos enfrentados, por exemplo, por jovens do sexo masculino, especialmente os soldados menores;
- c) a violência baseada no género não é só perpetrada contra as mulheres. Assim, as definições deverão incluir violência contra os rapazes. Os sectores da segurança e da justiça também deverão ser sensibilizados sobre todas as formas de violência baseada no género;
- d) os marcos de referência para esta secção deverão incluir indicadores legislativos como, por exemplo, quadros jurídicos que respeitem o género e formação dos órgãos judiciais e de aplicação da lei, etc.;
- e) a necessidade de incluir uma referência à saúde reprodutiva;

- f) reconhecimento de que a reforma do sector da segurança, assim como o desarmamento, a desmobilização e a reinserção muitas vezes não reconhecem o papel das mulheres nos movimentos rebeldes – elas são soldados, escravas sexuais, etc., e este aspecto deve ser tido em consideração no momento de conceber programas;
- g) há a necessidade de haver uma tentativa consciente para identificar actividades económicas que beneficiem as mulheres, especialmente no sector da agricultura; e
- h) seria útil que houvesse um ponto de coordenação para o género no órgão nacional de implementação da reconstrução e desenvolvimento pós-conflito para ajudar a integrar o género.

SESSÃO V: MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS E FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES

31. A sessão sobre a Mobilização de Recursos e o Fortalecimento de Capacidades (parágrafos 45-47 do projecto) foi facilitada pela Sra. Francesca Pavarini, da Comissão Europeia. O orador principal foi o Sr. Yasuaki Aihara, da JICA.

32. Algumas das sugestões e dos comentários formulados durante os debates sobre esta secção incluíram o seguinte:

- a) a importância de considerar não apenas os recursos financeiros, mas também os humanos e técnicos, particularmente no momento de mobilizar assistência dos Estados-Membros da UA;
- b) a importância de uma estratégia nacional para a mobilização de recursos, assente numa avaliação de necessidades que inclua, entre outros aspectos, a reabilitação dos sistemas financeiros e bancários;
- c) a necessidade de a UA especificar as modalidades de envolvimento dos actores internacionais na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito para garantir o fortalecimento das capacidades locais e incentivar o uso de actores locais;
- d) a necessidade de separar o papel de coordenação e promoção da UA da gestão financeira dos programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. A União Africana pode acompanhar o desbloqueamento de fundos com base nas promessas dos doadores;
- e) A União Africana pode envolver doadores para prestar assistência, a países que saem de conflitos, de um modo mais flexível e para transformarem os seus compromissos em assistência efectiva de forma mais rápida e fiável;

- f) A União Africana pode usar e melhorar os mecanismos existentes para a coordenação dos doadores, ao invés de inventar um novo para a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito (ver, por exemplo, o Fórum de Avaliação da Coordenação dos Doadores, os Grupos de Assistência de Doadores a nível nacional, etc.);
- g) O sector privado como uma fonte suplementar de recursos, tanto financeiros como técnicos. As parcerias público-privadas são também um bom método de fortalecer capacidades e transferir competências;
- h) Outras fontes de financiamentos e recursos não financeiros estão disponíveis para a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito como, por exemplo: remessas de dinheiro, a diáspora, o repatriamento de fundos indevidamente transferidos para contas estrangeiras por parte de antigos líderes, as parcerias Sul-Sul; e
- i) A necessidade de analisar mais profundamente a forma como um fundo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito seria gerido, caso fosse criado, incluindo a fonte de financiamento; tirar também lições dos modelos existentes como, por exemplo, o Mecanismo Africano para a Paz.

SESSÃO VI: ACTORES, MECANISMOS E PROCESSOS DE GOVERNAÇÃO

i) ACTORES REGIONAIS E NACIONAIS

33. A sessão sobre actores regionais e nacionais, mecanismos e processos de governação (parágrafos 51-56 e 61 do projecto) foi facilitada pelo Sr. Sybert Liebenberg da agência CSIR. Os oradores principais foram os representantes das CERs (CEDEAO, CAO, COMESA, CENSAD e SADC).

34. Alguns dos comentários e sugestões expressas durante os debates incluíram o seguinte:

- a) as CERs estão bem situadas para servirem de base operacional da implementação e do acompanhamento de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- b) as políticas e os programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito das CERs deverão ser compatíveis com o quadro da UA e complementares ao mesmo;
- c) além das CERs, outras associações regionais, como a Conferência dos Grandes Lagos, o Secretariado de Nairobi ou a União do Rio Mano, podem também desempenhar um papel na reconstrução e no desenvolvimento pós-conflito. O papel dos países vizinhos deverá também ser destacado;

- d) a nível nacional, a implementação da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito pode ser supervisionada por um comité interministerial, enquanto que um órgão similar deverá também ser criado a nível regional para acompanhar e supervisionar os progressos da reconstrução e do desenvolvimento pós-conflito;
- e) a possível composição, mandato e modalidades de um comité permanente de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito merecem um maior debate;
- f) mais atenção deverá ser prestada às organizações comunitárias, organizações femininas, organizações religiosas e a outros actores locais da sociedade civil na formulação e implementação de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito.

ii) ACTORES CONTINENTAIS E INTERNACIONAIS

35. A sessão sobre actores continentais e internacionais, mecanismos e processos de governação (parágrafos 49-50 e 57-61 do projecto) foi facilitada pelo Sr. Baboucar Blaise I. Jagne, Chefe do Gabinete de Ligação com a UA. Os oradores principais foram o Sr. Kojo Busia, da CEA, e o Embaixador Tim Clarke, da Comissão Europeia.

36. Algumas das áreas discutidas em relação a esta secção incluem o seguinte:

- a) a possibilidade de a UA criar e albergar uma base de dados sobre a capacidade técnica africana que poderia estar à disposição dos países que saem de conflitos. A UA poderia assim prestar assistência para oferecer as capacidades correspondentes às necessidades de países que saem de conflitos e facilitar o seu desenvolvimento;
- b) a importância das parcerias (entre actores locais; o sector público e o privado; governo e sociedade civil; instituições africanas; actores internacionais, etc.) em todos os aspectos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito;
- c) o papel das instituições técnicas especializadas no asseguramento de formação e criação de recursos humanos com capacidade;
- d) possível relação entre a nova Comissão da ONU para a Construção da Paz e a UA no que toca a programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito no continente;
- e) a importância de mecanismos credíveis e eficazes para a coordenação e implementação, assim como uma troca de informações harmoniosa e atempada entre os parceiros;
- f) a geminação de instituições parceiras africanas e não africanas constitui uma eficaz estratégia de fortalecimento de capacidades;

- g) necessidade de encorajar uma estreita coordenação entre departamentos dentro da UA e com as suas instituições especializadas;
- h) necessidade de vínculos mais estreitos entre os processos e mecanismos de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e os processos e mecanismos relativos à prevenção, gestão e resolução de conflitos.

CONCLUSÃO E CAMINHO PARA O FUTURO

37. O Sr. Wane explicou que os relatores da reunião haveriam de produzir uma acta das sessões e a União Africana introduziria melhoramentos ao projecto de documento sobre políticas, na sequência de várias consultas, incluindo o seguinte:

- a) consultas com as CERs e possivelmente com países que saem de conflitos, a fim de analisar as lições aprendidas durante a implementação de programas de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, assim como harmonizar as iniciativas continentais e regionais; e
- b) consultas com a sociedade civil para assegurar uma ampla participação na formulação e na implementação final do quadro de políticas;

38. Com base nas recomendações da reunião de peritos e nas consultas, uma equipa de redacção composta pela Comissão da União Africana, pela SaferAfrica e pelo ACNUR procederá à revisão do projecto de quadro de políticas. Em face disso, o Sr. Wane encorajou os participantes a apresentarem os seus comentários por escrito à Dra. Monica Juma (SaferAfrica) ou ao Dr. Befekadu Berhanu (ACNUR) para análise e incorporação no documento alterado.

38. A nova versão do documento sobre o quadro de políticas referentes à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito será depois apresentada a uma reunião de peritos governamentais marcada para meados de Maio de 2006, para a sua análise.

40. O Sr. Wane agradeceu em seguida à SaferAfrica e aos outros parceiros pelo seu apoio incessante à formulação do quadro de políticas da União Africana sobre reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, tendo também agradecido a todos os presentes pela sua participação e contribuições pertinentes.

41. A sessão foi levantada às 17h00 do dia 7 de Fevereiro de 2006.